

## DEPENDÊNCIA ECONÔMICA REGIONAL E MOBILIDADE INTER-REGIONAL DO TRABALHO: O CASO DO NORDESTE

*Ivan Targino\**

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar o processo migratório regional, com ênfase para o período recente (1950-80). Descartando a abordagem tradicional que relacionava a mobilidade de população regional com as limitações climáticas, procura a gênese de mobilidade do trabalho no processo de desenvolvimento das forças produtivas e nas formas de organização da produção. Isto é, evidencia que a mobilidade espacial do trabalho é gerada no bojo do processo de produção do espaço sob o comando da acumulação capitalista. Deste modo, a mobilidade do trabalho longe de ser um elemento de restauração do equilíbrio entre regiões, contribui para aprofundar as desigualdades inter-regionais vigentes no País.

### 1. INTRODUÇÃO

No contexto nacional o Nordeste individualiza-se não só como região pobre e de forte concentração de população, mas, também, como uma região que, historicamente, tem apresentado saldos migratórios negativos em relação às demais regiões brasileiras. O Nordeste tornou-se uma **terra de arribação**. O trabalhador migrante foge das "secas" e das condições de vida em sua região de origem, numa imitação trágica dos movimentos migratórios da fauna regional.

Tradicionalmente, os deslocamentos espaciais da população nordestina eram explicados a partir de fatores climáticos: seca é tempo de revoada. Esta visão consolidou-se na literatura e na música regionais e manifestou-se nas políticas do Governo Federal para o Nordeste. Como o problema regional era identificado com as secas, a ação das autoridades federais na Região voltava-se para a construção de açudes e barragens. Era o tempo da chamada "solução hidráulica". (12:24-73) (22:83-100)

\*Professor do Departamento de Economia da UFPb.

Aos poucos, esta concepção foi sendo descartada. Nos anos cinquenta modifica-se a compreensão do problema regional. Deixa de ser encarado como resultante das secas periódicas. Estas passam a ser consideradas como um dos aspectos do grande problema regional, o subdesenvolvimento do Nordeste "vis-à-vis" ao crescimento urbano industrial do Centro-Sul. (10:50-2)

Mais recentemente, a concepção da questão regional é reformulada. O problema nordestino passa a ser estudado no contexto do desenvolvimento capitalista em curso no Brasil. (19, cap. 4) (16)

É à luz dessa última abordagem que se deve analisar o processo migratório regional. Onde, impossível entendê-lo fechando a questão no âmbito da Região. Falar das migrações do e para o Nordeste é falar do processo migratório brasileiro. Sobretudo porque a migração é um processo que compreende dois pólos (origem e destino), cujas oportunidades econômicas diferenciadas desempenham funções específicas na determinação do volume, das características e do direcionamento dos fluxos migratórios. Assim, os fatores climáticos deixam de ser considerados como determinantes exclusivos das migrações nordestinas e tornam-se elementos intervenientes nesse processo. Por conseguinte, são incapazes de conter em si mesmos a explicação dos movimentos migratórios regionais.

## 2. EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS

Tomando-se como referencial a natureza dos fatores determinantes, o processo migratório brasileiro compreende dois grandes períodos. Os anos trinta podem ser considerados como o marco temporal de divisão.

### 2.1. AS MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DA ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

No primeiro período os deslocamentos internos da população estavam associados aos ciclos das atividades primário-exportadoras. O surgimento e o desenvolvimento de uma dessas atividades em determinada região tornavam-na um pólo de atração para os fluxos migratórios originários daquelas regiões que apresentavam crise ou desarticulação econômica. Em suma, os deslocamentos de população se faziam entre as diversas regiões do "arquipélago" em que estava constituída a economia brasileira, na maioria das vezes como elementos de povoamento.\*

\*A importância desses deslocamentos de população para o povoamento do Brasil, assim como a sua dependência em relação aos ciclos primário-exportadores são destacados por CAIO PRADO. (4:53-84)

No caso específico do Nordeste, registram-se, inicialmente, as migrações no sentido litoral-interior. Elas estavam ligadas à expansão da pecuária nas áreas não-apropriadas à cultura da cana-de-açúcar. Esta corrente de povoamento, seguindo os rastros do gado, penetrou no sertão até atingir as margens do Tocantins, na altura de Carolina.

Se a expansão da produção açucareira engendrou a penetração pecuarista, a sua retração, a partir da segunda metade do século XVII, determinou um novo fluxo migratório para o interior. Esta última corrente esteve na origem da expansão e do fortalecimento da cultura de subsistência no Agreste. O sistema gado-policultura, que caracteriza esta região, estruturou-se à medida que declinava a grande lavoura canavieira. (9:78-82) (3:20)

Com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, no século XVIII, o Nordeste passou a prover a nova região econômica do Brasil Colonial tanto de víveres (principalmente na fase inicial do ciclo do ouro), quanto de força de trabalho escrava. (3:91-2)

No entanto, nesta primeira fase, o deslocamento mais importante da população nordestina foi em direção à Amazônia, durante as últimas décadas do século passado e primeiras deste, época do "boom" da borracha. A evolução vertiginosa do preço da borracha estimulou a sua exploração em larga escala.\*

Como observa Celso Furtado, "a produção de borracha na Amazônia era uma questão de suprimento de mão-de-obra".(9:93) Esse aprovisionamento não podia ser realizado pelo estoque de mão-de-obra regional. Daí a necessidade de requisitá-la em outras regiões. Na formação da oferta de trabalho para a exploração da borracha, a grande seca de 1877-80 desempenhou papel de destaque. A força de trabalho engajada na produção de subsistência e na pecuária foi levada a abandonar suas atividades no Sertão e no Agreste. Os que conseguiram sobreviver à longa caminhada concentraram-se nas cidades litorâneas. Aí, esta força de trabalho, atraída

\*Enquanto, na década cinquentista do século passado, o preço médio da tonelada de borracha era de 118 libras, no triênio 1909-1911, eleva-se para 512 libras. Cf. VERGOLINO, J.<sup>(25)</sup>

pela propaganda de um enriquecimento fácil, era recrutada e conduzida para a Amazônia.\*

Além desses fluxos para o litoral e para a Amazônia, parte desse contingente populacional dirigiu-se também para as plantações de cacau, no sul da Bahia.<sup>(3:47)</sup>

Enquanto a mão-de-obra nordestina era atraída pelo ciclo da borracha para a região Norte, a lavoura cafeeira ressentia-se da falta de força de trabalho necessária à sua expansão. A aquisição de escravos tornava-se cada vez mais difícil em virtude das sucessivas restrições ao tráfico negreiro.

Por que os trabalhadores nordestinos não foram atraídos pela crescente e ampla demanda de trabalho da economia cafeeira? Por que, ao contrário, escolheu-se a solução da imigração estrangeira? Graham e Buarque de Holanda listaram cinco razões explicativas:

- a) os plantadores de café preferiam a mão-de-obra estrangeira pois consideravam-na superior aos caboclos nordestinos; além disso, o Governo subvencionava as despesas de transporte e instalação dos trabalhos estrangeiros, barateando o seu custo de aquisição. Em oposição, não havia uma política de estímulo à migração interna para a região do café;
- b) o trabalhador nordestino, acostumado a trabalhar no seu próprio roçado, tinha dificuldades em adaptar-se a um regime de trabalho assalariado, principalmente, tendo que trabalhar lado a lado com o escravo;
- c) a economia italiana, após a unificação de 1870, apresentava um alto nível de desemprego tanto no setor industrial, quanto no agrícola. Para fazer face à crise, o governo italiano estimulou fortemente a emigração;
- d) os custos de transporte internacional eram mais baixos do que os custos de transporte interno;

\*Durante os anos 1943/45, iniciou-se uma nova "corrida da borracha". Uma campanha publicitária foi organizada pelo Governo Federal a fim de atrair os trabalhadores. Estes eram incorporados no chamado "Exército da Borracha", recebiam um "uniforme" e eram dispensados do serviço militar. Apesar do curto espaço de tempo, foram registrados no "Exército da Borracha" cerca de 60 mil nordestinos, atraídos não só pela aventura da riqueza, mas também pela propaganda mistificadora do Governo. Após seis meses ou um ano de viagem, eles eram entregues à exploração dos proprietários dos seringais. O regime de trabalho a que eram submetidos se constituía, na expressão de Euclides da Cunha, em "a mais criminoso organização de trabalho que ainda engenhou o mais desajustado egoísmo... O seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se". Sobre a migração nordestina para a Amazônia veja o artigo MIGRAÇÕES...<sup>(15)</sup>

- e) a emigração dos trabalhadores nordestinos (parceiros, moradores, foreiros etc) para as plantações de café contrariava os interesses dos proprietários nordestinos, pois estas diversas categorias de trabalhadores representavam uma reserva de mão-de-obra para as lavouras da cana e do algodão. (11:42-5)

Jorge Balan concorda com estas cinco razões apresentadas por Graham e Buarque de Holanda. No entanto, observa que não havia muita mão-de-obra excedente na agricultura nordestina, salvo no Sertão Setentrional e isto só durante os períodos de grandes secas. A força de trabalho rural estava ligada à grande propriedade por vínculo econômico e extra-econômicos e, portanto, sendo só formalmente livre para migrar. Por outro lado, Balan acrescenta que “os cafeicultores dificilmente poderiam competir com os interesses da borracha pela mão-de-obra deslocada pelas secas, encarecida pelo transporte e com maiores dificuldades de adaptação à produção do café, sobretudo nas novas condições tecnológicas da fase expansiva paulista”. (3:24)

Essa argumentação de Balan parece mais consistente do que a apresentada por Furtado. Este último afirma a existência de um excedente demográfico no Nordeste que se dirigiu para a região Norte e não para a região cafeeira em virtude da imigração estrangeira, invertendo, desta forma, a questão.\*

Não atraindo a força de trabalho das demais regiões no início da sua expansão, a lavoura cafeeira atraiu o maior volume de imigrantes estrangeiros registrado no Brasil. Enquanto, na última década do século passado, o volume das migrações internas situava-se em torno de 400 mil migrantes, o volume das migrações externas eleva-se a cerca de 750 mil. Porém no período intercensitário seguinte, apesar do número de migrantes estrangeiros continuar superior ao de migrantes nacionais, já se observa o arrefecimento das correntes migratórias externas. Este declínio foi decorrente, entre outros fatores, da mudança na política migratória italiana, restringindo as saídas em massa, e das notícias da exploração a que estavam submetidos os “colonos” nas fazendas de café.

---

\*“Essa enorme trasumância indica claramente que em fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra; e leva a crer que se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração européia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção de borracha”. FURTADO, (9:158)

A partir dos anos trinta, inicia-se o segundo grande período do processo migratório brasileiro. Os movimentos migratórios internos deixam de ser dependentes dos ciclos da economia primário-exportadora e tornam-se um elemento, ao mesmo tempo, determinado e determinante do processo de integração nacional do mercado de trabalho. Constata-se, então, uma reversão da tendência observada ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras do presente século: as migrações internas tornam-se predominantes e apresentam significativo crescimento em oposição às migrações externas que reduzem sua importância.

## 2.2. AS MIGRAÇÕES INTERNAS E A INTEGRAÇÃO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO

Os anos trinta são considerados pelos estudiosos da economia brasileira como um período de transição. As atividades primário-exportadoras, que até então dominavam a estrutura produtiva nacional, começam a ceder o lugar às atividades urbano-industriais que se concentraram no eixo Rio-São Paulo. (17:10) (9:227-30)

No bojo desse processo, assiste-se ao fortalecimento do poder da burguesia industrial e financeira em detrimento do poder da burguesia agrária. Neste mesmo período ocorre a expansão e a consolidação do proletariado urbano. Outro elemento importante do quadro sócio-econômico dos anos trinta é a centralização do poder político. Esta centralização, executada com a promulgação do Estado Novo, não deve ser considerada como um simples reflexo da concentração econômica, pois, esta última foi, em parte, um resultado de medidas de política econômica adotadas no novo quadro político-institucional.

Entre as medidas que favoreceram a concentração espacial das atividades urbano-industriais, pode-se destacar: alterações na legislação fiscal que atenuaram as barreiras fiscais entre os estados; supressão de certa autonomia que os estados detinham no controle do comércio exterior; transferência, via política cambial, do excedente gerado no setor primário-exportador para o setor industrial etc.

Essas mudanças na legislação fiscal, ao lado da promulgação das leis trabalhistas, "fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação", (17:12) (18:64-5) visando à constituição de um espaço econômico nacional unificado. Isto é, visavam à reprodução

de um espaço que favorecesse à acumulação do capital na nova fase da economia brasileira que se iniciava.\*

Com a concentração espacial das atividades urbano-industriais no Centro-Sul, o eixo Rio-São Paulo tornou-se, segundo a expressão de Francisco Oliveira, o centro capitalista nacional. A constituição e fortalecimento desse centro implica a ruptura das diversas economias regionais que formavam o sistema econômico nacional. Resultado da produção do espaço colonial, a economia brasileira era antes uma justaposição de subsistemas econômicos. Cada um deles detinha uma certa autonomia e uma certa organização próprias. Com a ruptura do "sistema arquipélago", processa-se a integração da economia nacional sob o comando das necessidades de acumulação e concentração de capital no centro hegemônico.

A incidência regional desse processo de integração econômica se deu, diferenciadamente, segundo a estrutura econômica preexistente, nas diversas regiões. Assim, a integração das áreas de baixo nível ocupacional (Nordeste do Paraná, regiões Centro-Oeste e Norte) na economia nacional tem concorrido para um rápido crescimento econômico dessas regiões. Se bem que este crescimento se fez às custas da destruição irresponsável e selvagem dos recursos naturais<sup>(2)</sup> e da expropriação violenta do trabalhador, chegando às vezes, à sua eliminação física.<sup>(21)</sup> Surgem, dessa forma, novos espaços sócio-econômicos que têm por finalidade ampliar a oferta de alimentos, de matérias-primas e de divisas necessárias à reprodução ampliada do capital no centro hegemônico da economia nacional.

Enquanto isso, a integração das áreas ou regiões já economicamente estruturadas, como o Nordeste e o Rio Grande do Sul, processou-se, inicialmente, pela desarticulação de suas economias a fim de submetê-las direta ou indiretamente ao padrão de acumulação do centro. Determinados ramos de atividades desapareceram. Não suportaram a concorrência da economia paulista. Outros foram obrigados a profundas modificações nos seus processos produtivos. Em fase posterior, uma vez conquistados os mercados regionais, inicia-se a investida pela desregionalização da propriedade do capital. Filiais de indústrias sulistas ou de multinacionais já implantadas no Centro-Sul instalam-se nestas regiões, acirrando a concorrência com o capital industrial local.<sup>(18:39-75) (24:178-82)</sup>

\* Para uma discussão mais aprofundada da produção do espaço, veja LIPIETZ<sup>(13)</sup>

A reestruturação do espaço econômico nacional, sob a égide do capital industrial e financeiro, determinou, concomitantemente, à produção dos espaços econômicos regionais, uma redivisão regional do trabalho.

A nova divisão regional do trabalho é tecida de um lado pelo aumento da demanda de trabalho no centro hegemônico e nas “novas regiões” e, de outro, pela produção de uma oferta de trabalho decorrente da desarticulação da economia “nas regiões velhas”. Assim, a nova divisão regional do trabalho definiu também a unificação do mercado nacional do trabalho, alimentando e estimulando as migrações internas entre as diversas regiões do País. Daí se poder afirmar que “o modo como ocorrem as migrações no Brasil, está diretamente vinculado ao modo como ocorre a acumulação do capital, com seus reflexos tanto na geração quanto na destruição de oportunidades de trabalho”. (20:2)

Porém, a redistribuição da população não deve ser tomada como um simples reflexo da redivisão regional do trabalho, uma vez que as migrações internas são também um elemento importante dessa redivisão. Isto é, a mobilidade espacial do trabalho, expressão da “liberdade” do trabalhador, é um elemento básico na reestruturação do espaço. Dizendo de outra forma, a criação das “novas regiões” e o crescimento urbano industrial do eixo Rio-São Paulo, ao mesmo tempo que atraem fluxos migratórios das demais regiões, são também, em parte, resultado das migrações. Com efeito, as migrações aí desempenharam um duplo papel: em primeiro lugar, possibilitaram a formação da oferta de trabalho necessária à criação das “novas regiões” e à expansão das atividades econômicas no Centro-Sul; em segundo lugar, favoreceram a ampliação da margem de lucro tanto de forma direta, à medida que contribuíram para a formação do exército de reserva urbano possibilitando, assim, uma pressão para baixo nos níveis salariais, quanto de forma indireta, vez que alimentaram a expansão do setor informal, produtor de um conjunto de bens e serviços integrantes da cesta de bens do operariado e que lhe são acessíveis quer pelo menor preço, quer pelas modalidades de aquisição. (14:134)

Portanto, a intensificação das migrações internas, a partir de 1930, está intimamente ligada ao novo padrão de acumulação que determinou a formação de um mercado nacional de trabalho. Com efeito, o crescimento urbano-industrial, elemento central do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, engendrou a expansão da produção do café em novas áreas, notadamente, no Noroeste do Paraná; a criação de novas regiões periféricas dinâmicas no Centro-Oeste onde foi construída a nova capital



do País; e, mais recentemente, a incorporação da Amazônia na economia nacional. O que vale dizer que a demanda de trabalho expandiu-se não só no centro como também nas periferias dinâmicas do novo espaço sócio-econômico brasileiro. Por outro lado, a nova dinâmica de acumulação determinou a estagnação econômica de grandes áreas do Nordeste, do Sudeste periférico e do Rio Grande do Sul, bem como induziu às transformações sofridas pela organização agrária nas diversas regiões brasileiras com a disseminação e intensificação de relações sociais de produção não fixadoras do trabalhador rural à terra. Isto é, verificou-se uma produção de oferta de trabalho nas periferias deprimidas, bem como no setor agrícola do centro econômico. Isso permite afirmar que a criação de pólos de atração e de expulsão de força de trabalho é parte integrante do processo de produção do novo espaço econômico necessário à reprodução do capital monopolista.

### 3. EVOLUÇÃO RECENTE DAS MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS

Com o objetivo de compor uma visão geral da evolução recente das migrações inter-regionais e das tendências apresentadas pelos fluxos migratórios nordestinos em direção às demais regiões, apresentam-se, a seguir, os dados levantados pelos quatro últimos censos. Convém ressaltar que se está considerando como migrante inter-regional toda pessoa que à data dos censos encontrava-se residindo em outra região que não a de seu nascimento.

Do cotejo das TABELAS 1, 2, 3 e 4 destacam-se as seguintes observações:

- a) o Nordeste é a única região que, ao longo do período em foco, apresenta saldo migratório negativo quer em relação ao conjunto das outras regiões, quer em relação a cada uma isoladamente. Isto confirma a posição do Nordeste como região abastecedora da mão-de-obra para as demais regiões brasileiras;
- b) o total dos emigrantes nordestinos tem representado mais da metade do estoque de migrantes inter-regionais. Essa participação tem crescido nas últimas décadas. Só na última década, a emigração do Nordeste cresceu em 61%. Tal crescimento coloca em cheque a política de industrialização regional, enquanto fator de retenção populacional. Alguns autores têm procurado explicar a intensificação das migrações a partir da grande seca de 78-83. Evidentemente, não se pode negar que a seca deve ter contribuído, mas, certamente, ela não é capaz de explicar toda a intensidade do fenô-

meno. Pois, a seca afeta principalmente a população rural e esta já era expulsa do campo bem antes do início do flagelo natural. Por outro lado as regiões do Nordeste que apresentaram as menores taxas de crescimento de população rural (Agreste Oriental, Litoral e Mata Oriental, baixo São Francisco) não foram, exatamente, aquelas mais castigadas pela seca. Portanto, a explicação daquela intensificação deve ser buscada na incapacidade da economia urbana em absorver as levas crescentes dos expulsos do campo pela pecuária, pela cana, pela monopolização da terra etc;

- c) a Região, ao longo do período, manteve a última posição enquanto destino para os fluxos migratórios inter-regionais. No entanto, observa-se que o estoque de imigrantes quase que quintuplicou. Só na última década, o número de imigrantes, praticamente, dobrou. Existem evidências de que há uma seletividade nos fluxos migratórios para o Nordeste. Trata-se, na maioria dos casos, de funcionários públicos graduados e de técnicos ligados às empresas que instalam suas filiais no Nordeste. Isto, evidentemente, exce- tuando-se os fluxos de trabalhadores rurais para o extremo-sul da Bahia procedentes de Minas Gerais e de Espírito Santo, e de nortistas para o oeste do Maranhão. Por outro lado, alguns autores vêm na migração de retorno uma das explicações para o incremento de entrada de migrantes no Nordeste;<sup>(23:7)</sup>
- d) O Sudeste manteve, durante as quatro últimas décadas, a sua posição de principal pólo de destino para os emigrantes nordestinos, posição que tem sido consolidada e fortalecida. Com efeito, em 1970, 67% dos emigrantes nordestinos destinavam-se ao Sudeste, participação que se eleva para 72% em 1980. E no Sudeste, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo são os dois pontos para onde converge a maior parte desses fluxos (aproximadamente 2/3). Estas constatações empíricas confirmam as considerações tecidas no item anterior, quando se mostrava que a concentração das atividades urbano-industriais no Sudeste desempenhou papel primordial como fator de atração dos fluxos migratórios originários do Nordeste. Por outro lado, os migrantes nordestinos, em 1980, representavam 75% do total das entradas de migrantes inter-regionais no Sudeste, o que mostra a importância das migrações nordestinas na formação da oferta de trabalho do centro econômico nacional. Desenraizados pelo capital, estes trabalhadores são lançados para os locais onde deles têm necessidade a acumulação capitalista;
- e) as saídas de migrantes nordestinos para o Sul acentuaram-se durante as décadas de quarenta e de cinquenta. Em 1950 a região Sul absor-

TABELA 1  
Fluxos Migratórios Inter-regionais, Segundo Regiões de Procedência e Destino  
1950

Regiões de Origem	Regiões de Destino					Emigrantes Inter	%
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
Norte	—	18.222	33.600	1.111	3.482	56.415	2
Nordeste	116.897	—	724.425	40.194	139.661	1.021.177	50
Sudeste	2.965	63.741	—	539.119	192.868	798.693	39
Sul	746	2.679	110.043	—	8.270	121.732	6
Centro-Oeste	10.816	3.800	40.291	3.229	—	58.136	3

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico — 1950.

TABELA 2  
Fluxos Migratórios Inter-regionais, Segundo Regiões de Procedência e Destino  
1960

Regiões de Origem	Regiões de Destino					Emigrantes Inter	%
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
Norte		18.781	57.928	3.361	7.788	87.858	2
Nordeste	151.810		1.595.049	276.056	379.016	2.401.931	54
Sudeste	5.217	110.413		1.093.837	411.510	1.620.977	37
Sul	1.508	8.773	181.491		19.982	211.754	5
Centro-Oeste	13.694	6.431	71.750	7.719		99.594	2
<b>Imigrantes</b>							
Intere	172.229	144.398	1.906.218	1.380.973	818.296	4.422.114	100

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico — 1960.

TABELA 3  
Fluxos Migratórios Inter-regionais, Segundo Regiões de Procedência e Destino  
1970

Regiões de Origem	Regiões de Destino					Emigrantes Inter	%
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
Norte		24.818	82.745	4.425	13.793	125.781	2
Nordeste	179.968		2.513.038	395.033	642.070	3.730.109	54
Sudeste	18.356	163.281		1.448.507	847.367	2.477.511	36
Sul	4.264	14.859	380.870		54.713	454.706	6
Centro-Oeste	23.499	12.327	121.959	14.742		172.527	2
<b>Imigrantes</b>							
Intere	226.087	215.285	3.098.612	1.362.707	1.557.943	6.960.634	100

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico — 1970.

TABELA 4  
Fluxos Migratórios Inter-regionais, Segundo Regiões de Procedência e Destino  
1980

Regiões de Origem	Regiões de Destino					Emigrantes Inter	%
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste		
Norte		41.105	109.777	6.103	28.513	185.498	2
Nordeste	442.363		4.348.868	287.765	938.000	6.016.996	55
Sudeste	196.285	306.637		1.095.956	1.113.978	2.712.856	25
Sul	115.433	36.506	1.047.645		279.302	1.478.886	14
Centro-Oeste	119.073	40.670	261.061	24.061		445.001	4
<b>Imigrantes</b>							
Intere	873.154	424.918	5.767.351	1.414.021	2.359.793	10.839.237	100

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico — 1980.

via apenas 3,9% dos migrantes procedentes do Nordeste, enquanto, em 1960, absorvia 11,4%. Este crescimento das migrações para o Sul está associado à expansão e consolidação da fronteira agrícola do Paraná. Porém, a partir da década de sessenta começa a arrefecer-se o poder de atração dessa região. Em 1970, esta região absorvia 10,5% dos emigrantes do Nordeste, caindo este percentual para 4,7% em 1980. Tal comportamento está intimamente ligado ao processo de fechamento da fronteira agrícola paranaense, o qual se deu tanto de forma extensiva quanto intensiva. Por fechamento extensivo da fronteira entende-se a ocupação das áreas vazias do espaço agrário do Paraná. Por fechamento intensivo entende-se a expulsão do trabalhador assalariado e do pequeno proprietário, resultante das transformações na sua organização agrária. Transformações estas consubstanciadas na erradicação dos cafezais e na posterior expansão da pecuária e de novas culturas (trigo e soja notadamente) com menor capacidade de absorção da mão-de-obra, na modernização da agricultura e na concentração da propriedade fundiária. Dessa forma, o fechamento da fronteira determinou uma reversão no padrão migratório regional: de região receptora, o Sul passou a ser uma região emissora de migrantes. Expulsos da terra, os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais passaram a engrossar os fluxos migratórios com destino às frentes de expansão agrícola do Centro-Oeste e do Norte, bem como à Região Metropolitana de São Paulo. O impacto deste processo foi de tal ordem que em 1980 o saldo migratório da região foi negativo (Tabela 4);

- f) nas últimas décadas, a região Centro-Oeste vem se constituindo um pólo de atração alternativo para os fluxos migratórios formados por aqueles que expulsos do campo e das pequenas cidades são repelidos pelos grandes centros urbanos. Vários fatores concorreram para a constituição desse novo pólo de atração:
- i) a existência de grandes extensões de terra agricultáveis, não ocupadas, atraiu migrantes tanto das áreas economicamente estagnadas do Nordeste e do Sudeste periférico (Minas Gerais e Espírito Santo), quanto das zonas rurais de São Paulo e da região Sul, onde se processam, como já foi visto, intensas modificações na organização agrária;
  - ii) a construção de Brasília foi fator de atração de grandes levas de trabalhadores braçais (sobretudo nordestinos, mineiros e capixabas), na sua fase de implantação e, posteriormente, de gran-

- de número de funcionários, em virtude da sua função primordialmente administrativa;
- iii) a construção da malha viária regional possibilitou a ocupação de novas áreas, integrando-as à economia nacional;
  - iv) o aumento da demanda por alimentos e matérias-primas decorrente do crescimento urbano-industrial do Sudeste estimulou a migração do capital, objetivando a produção desses bens;
  - v) a política agrícola do Governo Federal para a Região, através dos incentivos fiscais e creditícios e da implantação de projetos de colonização, favoreceu a migração de capitais, bem como da força de trabalho necessária a sua valorização;
  - vi) a presença de companhias privadas de colonização, repetindo no Centro-Oeste os mesmos esquemas utilizados quando da ocupação do noroeste e oeste do Paraná, tem atraído os pequenos e médios proprietários que se desfizeram de suas terras.
- g) A partir de 1950, o Centro-Oeste tem desempenhado a função de segundo pólo de destino para os emigrantes nordestinos. Embora em número absoluto, venha aumentando o contingente de nordestinos presente naquela região, observa-se que, em 1980, declina, em termos relativos, o seu poder de atração sobre os fluxos emigratórios do Nordeste. Contudo, estes fluxos ainda participam de forma marcante no total do estoque de migrantes nessa região (cerca de 40%). Estes dados evidenciam a importância das migrações nordestinas para a formação da oferta de trabalho regional, sobretudo quando se leva em consideração que essa é uma região de baixa densidade demográfica. Não se deve esquecer que grande parte dessa população nordestina migrante está sujeita às mais precárias condições de vida e à intensa exploração de sua força de trabalho através do sistema de peonagem;
- h) a região Norte vinha perdendo posição como área de destino para os emigrantes nordestinos até a década de sessenta. O alto percentual registrado em 1950 era, sem dúvida, um resquício de volumosos fluxos de trabalhadores que se engajaram na exploração da borracha. Na década de setenta, porém, observa-se uma retomada do poder de atração dessa região. Por ocasião do último censo, residia na região Norte 7,3% do total dos emigrantes nordestinos. Esta retomada está associada à expansão da fronteira agrícola, aos grandes projetos governamentais (Transamazônica, Tucuruí, Serra Pelada etc), à implantação dos projetos agropecuários privados, à política de colonização oficial etc. Apesar de atrair massas cres-



centes de trabalhadores a dinâmica de ocupação desse espaço não tem contribuído para a fixação do trabalhador. Pelo contrário, o trabalhador migrante se vê jogado de uma área para outra. De tão móvel, ele tornou-se “peão”. Ao mesmo tempo que aumenta o número de migrantes nordestinos na Região, reduz-se o seu peso no total de migrantes. Enquanto em 1950, os migrantes nordestinos constituem quase 90% dos migrantes inter-regionais presentes na Região, em 1980 esta participação declina para 50,6%. A mudança na composição do estoque de migrantes ocorre fundamentalmente na década de setenta, quando aumenta de forma considerável o número de migrantes procedentes do Sudeste, do Sul e até mesmo do Centro-Oeste. Na região Norte merece destaque especial o caso de Rondônia. A descoberta do seu potencial agrícola quando da abertura da BR-365, ligando Cuiabá a Porto Velho, atraiu grande número de pequenos e médios proprietários de antigas áreas de colonização, bem como de trabalhadores sem terra anteriormente engajados na produção do café.

#### 4. CONCLUSÃO

Este quadro das migrações inter-regionais, acima sumariado, evidencia que a mobilidade espacial do trabalho é gerada no bojo do processo de reestruturação do espaço segundo as necessidades do capital. Dizendo de outra forma, a mobilidade do trabalho, como de resto a própria dinâmica populacional, passa a ser um fenômeno endógeno ao modo de produzir. O capital, agindo ao mesmo tempo sobre a demanda e a oferta de trabalho e diferenciando economicamente as regiões, gera os fluxos migratórios quer entre campo e cidade, quer entre regiões de um mesmo país, quer entre países.

Esta mobilidade da força de trabalho, resultante de um desenvolvimento desigual, não se constitui um elemento restaurador do equilíbrio entre regiões como pretendem os modelos de inspiração neoclássica. Ao contrário, como afirma Samir Amin: “... a migração não é somente a consequência de um desenvolvimento desigual, que seria devido a causas naturais (as potencialidades naturais das diferentes regiões). A migração é também um elemento do desenvolvimento desigual, que ela contribui para aprofundar”.(1:33)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. **Les Migrations contemporaines en Afrique de l'Ouest**. Oxford, Oxford University, 1974.
- BAIARDI, A. Amazônia uma região ferida de morte. In: **REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA**, 12 (4): 179, out./dez/ 1981.
- BALAN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: **ESTUDOS CEBRAP 5**. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- CAIO PRADO. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo demográfico: 1950**. Rio de Janeiro, 1953.
- \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ : 1960. Rio de Janeiro, 1967.
- \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ : 1970. Rio de Janeiro, 1973.
- \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ : 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, F. Cultura, 1959.
- \_\_\_\_\_ . **A Pré-revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Cultura, 1964.

- GRAHAM, D. & HOLANDA, S. Buarque de. **Migration, regional and urban growth and development in Brazil**. São Paulo, IPE/USP, 1971. v. 1.
- HIRSCHMAN, A. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
- LIPIETZ, A. **Le Capital et son espace**. Paris, François Maspero, 1977.
- LOPES, J. B. **Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural**. In: ESTUDOS CEBRAP 6. São Paulo, Ed. CEBRAP, 1973.
- MIGRAÇÕES: uma história de cem anos. JORNAL VARADOURO, Porto Velho, 1 (4), 1977.
- MOREIRA, R. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, F. A Economia brasileira: crítica à razão dualista. In: SELEÇÕES CEBRAP 1. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Economia da dependência imperfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Elegia para uma re (li) gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OSÓRIO, C. & MOREIRA, I. T. **Migrações internas e desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, CME/PIMES, 1978. v.1.
- PENA, A. **Amazônia terra sem homens ou homens sem terra?** Brasília, 1977. (Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Terra, Brasília, 24.4.77).

**ROBOCK, S. Desenvolvimento econômico regional.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

**SAMPAIO, A. & ROCHA, R. V. Tendências das migrações no Nordeste.** Recife, s. ed., 1984.

**SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, Ed. Nacional, 1974.

**VERGOLINO, J. A Borracha extrativa e a economia amazônica 1890/1930.** Recife, UFPE/PIMES, 1975.

**Abstract:** This piece of work has in view to analyse the regional migratory process, with an emphasis to the recent period 1950-1980. Discarding the traditional approach that related the mobility of regional population with the climatical limitations, it searches the origin of the mobility of the work in the process of development of the productive powers and in the organizational forms of production. That is, it becomes evident that the especial mobility of the work is generated in the bulge of the production process of the space under the control of capitalist concentration. This way, the mobility of the work far from being an element of restoration of balance among regions, it contributes to deepen the interregional disparities in force in the country.



**BB** BANCO DO BRASIL S.A.

Superintendência Administrativa - SUPER  
Departamento de Serviços Administrativos - DESAD  
Divisão de Mecanografia - DIMEC

88/214  
03:1.700